

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de maio de 2023 às 07h54
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Tribunal de Nova York inocenta Ed Sheeran da acusação de plágio 3
CADERNO 2

Terra - Notícias | BR

03 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Spotify luta com as gravadoras contra a ameaça da inteligência artificial 4
DIVERSÃO | THE MUSIC JOURNAL BRAZIL

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

04 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Ed Sheeran é inocentado na acusação de plágio de canção de Marvin Gaye, decide júri 5
REDAÇÃO

O Globo Online | BR

04 de maio de 2023 | Pirataria

Casa Branca convoca Google e Microsoft para discutir riscos de inteligência artificial 6
ECONOMIA E NEGÓCIOS | BLOOMBERG

Veja.com | BR

Marco regulatório | INPI

Duelo de bisturis: a briga judicial em torno do legado de Ivo Pitanguy 8

Convergência Digital | BR

04 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Senado começa a tramitar PL da Inteligência Artificial elaborado por juristas 10

Tribunal de Nova York inocenta Ed Sheeran da acusação de plágio

CADERNO 2

Música *Justiça*

Ed Sheeran foi considerado inocente da acusação de ter violado **direitos** autorais em sua música Thinking Out Loud, decidiu nesta quinta-feira, 4, o júri de um tribunal de Nova York.

Segundo o jornal britânico The Guardian, Ed Sheeran, logo após o anúncio do veredicto, abraçou sua advogada Ilene Farkas.

Os jurados tomaram sua decisão um dia depois de ouvir os argumentos finais em um processo de **direitos** autorais que durou uma semana em um tribunal federal de Manhattan.

Sheeran era acusado de ter copiado partes do hit de 1973 de Marvin Gaye Let's Get It On, na criação de sua música Thinking Out Loud, em 2014.

Os herdeiros de Ed Townsend, coautor do sucesso de

Gaye, entraram com o processo em 2017, sustentando alegações de violação de **direitos** autorais. No processo, ele argumentavam que Sheeran havia copiado "progressões harmônicas, elementos melódicos e rítmicos" que são o "coração" da música icônica de Marvin Gaye.

O julgamento foi adiado várias vezes antes de começar, em abril. Sheeran alegou, em sua defesa, que muitas canções pop usam as mesmas progressões.

VIOLÃO. Ele se posicionou e até tocou violão, no tribunal, como parte de sua defesa.

Sheeran também expressou preocupação pelo risco de que as reivindicações de violação de **direitos** autorais enfrentadas pelos artistas possam ser "realmente prejudiciais para a indústria de composição". Ele chegou a dizer que "deixaria a música" se fosse considerado culpado no caso.

Spotify luta com as gravadoras contra a ameaça da inteligência artificial

DIVERSÃO

O Spotify, a plataforma digital mais popular do mundo, está seriamente preocupada com o impacto da música gerada por Inteligência Artificial nos detentores de direitos musicais e de entretenimento como um todo.

De acordo com o Music Business Worldwide, o debate sobre o uso de Inteligência Artificial na música atingiu um ponto elevado de preocupação após o surgimento de uma faixa que apresentava vocais gerados pela nova tecnologia copiando as vozes de Drake e The Weeknd, ambos artistas da Universal Music. A faixa em questão foi posteriormente excluída das plataformas digitais, incluindo o Spotify, depois que uma reivindicação de **direitos** autorais bem sucedida foi emitida pela Universal Music Group.

A UMG informou publicamente que "as plataformas (de streaming) têm uma responsabilidade legal e ética fundamental de impedir o uso de seus serviços de maneira que prejudique os artistas".

Daniel Ek, fundador do Spotify, foi questionado no primeiro trimestre de 2023 sobre "a reação de **direitos** autorais de algumas das principais gravadoras" em relação ao uso de Inteligência Artificial na música, no contexto da plataforma digital ter lançado seu próprio serviço de DJ personalizado com IA.

"Não tivemos nada além de reações positivas de toda a indústria", defendeu Daniel Ek. "(O Spotify) está trabalhando com nossos parceiros na tentativa de estabelecer uma posição em que permitimos a inovação, mas protegemos todos os criadores que temos em nossa plataforma".

E concluiu: "[A] resistência da IA da indústria de **direitos** autorais, ou gravadoras e empresas de mídia, é realmente [preocupante com] questões como 'nome e semelhança', o que é um **direito** autoral real, quem detém o direito de algo onde você carrega algo e afirma ser Drake [quando] realmente não é, e assim por diante. Essas são preocupações legítimas", concluiu o executivo.

Ed Sheeran é inocentado na acusação de plágio de canção de Marvin Gaye, decide júri

Ed Sheeran foi considerado inocente por violação de **direitos** autorais de sua música Thinking Out Loud, decidiu o júri de um tribunal de Nova York, nesta quinta-feira, 4.

Segundo o jornal The Guardian, Ed Sheeran abraçou sua advogada Ilene Farkas logo após o anúncio do veredicto.

Os jurados tomaram sua decisão um dia depois de ouvir os argumentos finais em um processo de **direitos** autorais que durou uma semana em um tribunal federal de Manhattan. Sheeran enfrentou alegações de que copiou partes do hit de 1973 de Marvin Gaye, Let's Get It On, na criação de sua música de 2014, Thinking Out Loud.

Os herdeiros do colaborador e coautor de músicas de Gaye, Ed Townsend, processaram Sheeran em 2017 com alegações de violação de **direitos** autorais.

O processo indicava que Sheeran supostamente havia copiado "progressões harmônicas, elementos melódicos e rítmicos" que são o "coração" da música icônica de Gaye.

Representantes de Sheeran e Townsend não responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

Continua após a publicidade

O julgamento foi adiado várias vezes antes de começar em abril. Sheeran disse que muitas canções

pop usam as mesmas progressões.

Ele se posicionou e até tocou violão como parte de sua defesa. Sheeran também expressou preocupação de que as reivindicações de violação de **direitos** autorais enfrentadas pelos artistas possam ser "realmente prejudiciais para a indústria de composição".

O artista chegou a dizer que deixaria a música se fosse considerado culpado no caso.

"Se isso acontecer, estou acabado, vou parar", disse Sheeran na segunda-feira, de acordo com o Daily Mail. "Acho realmente um insulto dedicar toda a minha vida a ser um artista e compositor e ter alguém diminuindo isso."

O julgamento ocorreu enquanto Sheeran se preparava para uma turnê norte-americana. Ele também tem um novo álbum - intitulado Subtract - previsto para sair ainda este ano. O novo documentário do artista, chamado Ed Sheeran: The Sum Of It All, chegou ao Disney Plus na quarta-feira.

Sheeran já havia vencido um julgamento no Reino Unido referente a uma reivindicação separada de violação de **direitos** autorais por sua música de 2017, Shape of You. Ele e seus colaboradores também foram acusados anteriormente de copiar a música Amazing, de Matt Cardle, em Photograph de 2014. Sheeran supostamente resolveu o caso fora do tribunal.

Continua após a publicidade

Casa Branca convoca Google e Microsoft para discutir riscos de inteligência artificial

ECONOMIA E NEGÓCIOS

A Casa Branca anunciou nesta quinta-feira novas iniciativas destinadas a reduzir os riscos da inteligência artificial desde que um boom de chatbots movidos a IA, como o ChatGPT e o Bard, levou a pedidos crescentes para regulamentar a nova tecnologia para que seu uso seja seguro para o público.

A National Science Foundation, uma fundação do governo, vai gastar US\$ 140 milhões em sete novos centros de pesquisa dedicados à IA, disseram autoridades da Casa Branca, que também se comprometeu a divulgar diretrizes preliminares para agências governamentais para garantir que o uso da inteligência artificial salvguarde "os direitos e a segurança do povo americano".

A Casa Branca acrescentou que várias empresas que desenvolvem a nova tecnologia concordaram em disponibilizar seus produtos para análise em agosto, em uma conferência de segurança cibernética. Na segunda-feira, Geoffrey Hinton, 'o poderoso chefe da IA' deixou seu emprego no Google, onde trabalhou por mais de uma década e se tornou uma das vozes mais respeitadas na área, para falar livremente sobre os riscos da inteligência artificial.

A inteligência artificial generativa tornou-se uma palavra da moda este ano, com aplicativos como o ChatGPT conquistando a atenção do público, provocando uma corrida entre as empresas para lançar produtos similares.

Os anúncios foram feitos horas antes de a vice-presidente Kamala Harris e outros funcionários do governo se reunirem nesta quinta-feira com os CEOs do Google, Microsoft, OpenAI, fabricante do ChatGPT, e Anthropic, startup que desenvolveu um sistema de inteligência artificial, para discutir a tecnologia.

Na quarta-feira, um alto funcionário do governo disse que a Casa Branca planejava pressionar as empresas de que elas têm a responsabilidade de lidar com os riscos de novos produtos de IA.

A Casa Branca está sob crescente pressão para policiar a IA, cujo interesse explodiu começou no ano passado, quando a OpenAI lançou o ChatGPT para o público e as pessoas imediatamente começaram a usá-lo para buscar informações, fazer trabalhos escolares e ajudá-los nas tarefas profissionais. Desde então, algumas das maiores empresas de tecnologia correram para incorporar chatbots em seus produtos e aceleraram a pesquisa de IA, enquanto os capitalistas de risco despejaram dinheiro em startups de IA.

No entanto, o boom da IA também levantou questões sobre como a tecnologia transformará as economias, sacudirá a geopolítica e fortalecerá a atividade criminosa. Os críticos temem que muitos sistemas de inteligência artificial sejam obscuros, mas extremamente poderosos, com potencial para tomar decisões discriminatórias, substituir pessoas em seus empregos, espalhar desinformação e talvez até infringir a lei por conta própria.

Recentemente, o presidente Joe Biden ressaltou que "resta verificar" se a IA é perigosa, e que alguns de seus principais indicados prometeram intervir se a tecnologia for usada de maneira prejudicial.

Porta-vozes do Google e da Microsoft se recusaram a comentar antes da reunião na Casa Branca. Um porta-voz da Anthropic confirmou que a empresa estaria presente no encontro. Uma porta-voz da OpenAI não respondeu a um pedido de comentário.

Os anúncios se baseiam em esforços anteriores do governo para colocar grades de proteção em in-

Continuação: Casa Branca convoca Google e Microsoft para discutir riscos de inteligência artificial

teligência artificial. No ano passado, a Casa Branca divulgou o que chamou de "Projeto para uma Declaração de Direitos da IA", que dizia que os sistemas automatizados deveriam proteger a privacidade dos dados dos usuários, protegê-los de resultados discriminatórios e deixar claro por que certas ações foram tomadas. Em janeiro, o Departamento de Comércio também divulgou uma estrutura para reduzir o risco em IA, que estava em desenvolvimento há anos.

A introdução de chatbots como o ChatGPT e o Bard, do Google, colocou uma enorme pressão para que os governos agissem. A União Europeia, que já vinha negociando regulamentações para IA, enfrentou novas demandas para regulamentar uma faixa mais ampla da nova tecnologia, em vez de apenas sistemas vistos como inerentemente de alto risco.

Nos Estados Unidos, membros do Congresso, incluindo o senador Chuck Schumer, de Nova York, o líder da maioria, passaram a redigir ou propor legislação para regular a inteligência artificial. Mas é mais provável que medidas concretas para controlar a tecnologia no país venham primeiro das agências policiais em Washington.

Um grupo de agências governamentais se comprometeu em abril a "monitorar o desenvolvimento e o uso de sistemas automatizados e promover a inovação responsável", punindo as violações da lei cometidas com o uso da tecnologia.

Pouco depois de Biden anunciar sua candidatura à

reeleição, o Comitê Nacional Republicano produziu um vídeo apresentando um futuro distópico durante um segundo mandato de Biden, construído inteiramente com imagens de IA. Acredita-se que esses anúncios políticos se tornem mais comuns à medida que a tecnologia de IA prolifera.

Os reguladores dos Estados Unidos ficaram aquém da abordagem dura que os governos europeus adotaram na regulamentação de tecnologia e na elaboração de regras rígidas sobre **falsificações** profundas e desinformação que as empresas devem seguir ou arriscar pesadas multas.

Em um artigo publicado no The New York Times na quarta-feira, Lina Khan, presidente da Comissão Federal de Comércio, disse que o país estava em um "ponto de decisão chave" sobre inteligência artificial. Ela comparou os desenvolvimentos recentes da tecnologia ao nascimento de gigantes da tecnologia como Google e Facebook, e alertou que, sem regulamentação adequada, a tecnologia poderia consolidar o poder das big techs e fornecer aos golpistas uma ferramenta poderosa.

- Como o uso de IA se torna mais difundido, os funcionários públicos têm a responsabilidade de garantir que essa história aprendida com muito esforço não se repita - acrescentou.

Webstories ChatGPT Estados Unidos Google Joe Biden

Duelo de bisturis: a briga judicial em torno do legado de Ivo Pitanguy

Batalha põe em lados opostos do ringue herdeiros e discípulos do mestre, figura incontornável da cirurgia plástica mundial. Um dos brasileiros mais celebrados no exterior, Ivo Pitanguy cravou o feito de instalar o país no mapa da excelência na cirurgia plástica. Ao longo de décadas, seu traquejo com os bisturis atraiu para um histórico casarão no Rio de Janeiro clientela estelar de todos os cantos do planeta. Pois no ano de seu centenário de nascimento é um assunto nada glamoroso que o conduz aos holofotes: os quatro herdeiros do médico, morto em 2016 aos 93 anos, e seus discípulos travam uma renhida batalha judicial que põe em risco o que restou de seu legado - o Instituto Ivo Pitanguy, que desde 1960 oferece cirurgias, a baixo custo ou gratuitas, na enfermaria 38 da Santa Casa carioca. A escola de talentos que funciona ali despontou como uma pós-graduação de renome global, de onde profissionais de mais de quarenta países saíram formados e com o qual a metade dos 6 000 cirurgiões plásticos em atividade no Brasil mantém algum elo profissional.

O instituto, iniciativa do próprio "professor", como Pitanguy era chamado, ganhou prestígio em paralelo à clínica que tocava no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio. Nos áureos tempos, avistava-se por lá efervescente entra e sai de celebridades como a princesa Stéphanie de Mônaco, a atriz Sophia Loren e o piloto Niki Lauda. O local chegava a faturar nos áureos tempos cerca de 5 milhões de reais mensais (em valores de hoje), até que o chefe, já envelhecido, começou a se afastar, e a procura minguou. Sustentar o complexo, com quinze quartos e setenta funcionários, tornou-se então inviável - a drenagem de recursos batia àquela altura 800 000 reais por mês. E foi assim que, sem um sucessor no horizonte, a venda tornou-se inescapável. Três anos depois da morte de Pitanguy, o negócio seria selado por 10 milhões de reais.

Agora, o temor é que o serviço da enfermaria 38 de-

sapareça. A disputa, que põe de um lado do ringue os representantes do espólio - os filhos Ivo, Gisela, Helcius e Bernardo - e de outro a diretoria do instituto, nas mãos do cirurgião Francesco Mazzarone, começou logo depois da morte do cirurgião. Por carta, os herdeiros trataram de comunicar ao núcleo na Santa Casa que não poderia mais usar o nome Pitanguy. Havia lhes chegado a informação de que Mazzarone tentara registrá-lo por duas vezes no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**). "Fiz isso com o professor ainda vivo e o seu aval, justamente para garantir nossa continuidade. O que a família faz é espalhar histórias por aí", dispara o discípulo. "A atual direção visa dar um caráter empresarial a uma prestação de serviço social e obter vantagem financeira em benefício próprio", rebate o advogado João Pedro Bion, do escritório Sérgio Bermudes, na defesa dos filhos.

Em meio à contenda, o caldo entornou quando Mazzarone entrou com uma ação na 8ª Vara Cível do Rio na tentativa de contornar o veto familiar. Ele pleiteia agora a troca da nomenclatura de Instituto Ivo Pitanguy para serviço de cirurgia plástica "fundado por Ivo Pitanguy", mas os herdeiros seguem irredutíveis, alegando que a qualidade de hoje não faz jus ao brilho do passado. O fato é que, sem a grife, haverá revoada ainda mais acentuada de clientes e alunos, o que enterrará de vez o centro. Pessoas que acompanham atentamente o imbróglio contam a VEJA que a família estaria interessada na venda do valioso nome e já teria até procurado clínicas da cidade, o que seus integrantes negam com veemência.

A batalha da enfermaria 38 se desenrola na base de estocadas para todos os lados. Antes mesmo da guerra judicial se instaurar, a família já havia trocado as fechaduras de armários do instituto que ficavam alojados na clínica de Botafogo, onde os alunos compareciam duas vezes por semana. Mais tarde, quando Mazzarone alterou o estatuto para abrir es-

Continuação: Duelo de bisturis: a briga judicial em torno do legado de Ivo Pitanguy

paço a um novo presidente honorário, cargo ocupado por Pitanguy até o fim, os herdeiros diziam que a medida era para alijá-los do processo. A acidez escalou de patamar quando o instituto organizou com a prefeitura, em 2017, um jantar beneficente sem o conhecimento da inventariante Gisela Pitanguy. Foi cancelado.

Pitanguy acumulou incontáveis seguidores, mas não fez sucessor, mesmo que seu neto, o também cirurgião Antonio Paulo, ainda jovem, tenha externado o desejo de assumir o bastão. Ele foi inclusive aluno do instituto, que atualmente vive na penúria. "Requisitado mundo afora, o professor nunca deixou de se preocupar com a perpetuação do ensino e a questão social. É muito triste assistir a essa situação", lamenta a cirurgiã Bárbara Machado, sua assistente por 26

anos. O declínio, que se agravou com o litígio, já se aprofundara com a crise financeira da Santa Casa e a perda do vínculo com o SUS. Em 2021, veio novo baque: a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica descredenciou a escola. A decisão, garante a turma que apoia Mazzarone, teria o dedo da família. "Não há profissional da área que nunca tenha sonhado em estudar lá. Era uma chancela de excelência", afirma Eduardo Lins, presidente da associação de ex-alunos, à frente da organização de um congresso e um jantar de gala para celebrar os 100 anos do mestre, em julho. O enrosco judicial sem tréguas retira da festa um naco do glamour.

Publicado em VEJA de 10 de maio de 2023, edição nº 2840

Senado começa a tramitar PL da Inteligência Artificial elaborado por juristas

Senado começa a tramitar PL da Inteligência Artificial elaborado por juristas

Começou a tramitar no Senado Federal o projeto de lei 2338/23, que trata da proposta de legislação para regular o uso e desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial no país. O texto, apresentado como projeto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reproduz as sugestões elaboradas por uma comissão de juristas.

Essa proposta, vale lembrar, aborda direitos fundamentais, dados pessoais, modelo regulatório, governança multissetorial, responsabilização, ética, discriminação, transparência e explicabilidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação, educação, capacitação e trabalho, inteligência artificial na administração pública, mineração de dados, **direitos** autorais e outros assuntos.

Ela toma como base principal uma regulação baseada em riscos em combinação com direitos, como ressaltado por Pacheco ao justificar a proposição. "O

projeto tem um duplo objetivo. De um lado, estabelece direitos para proteção do elo mais vulnerável em questão, a pessoa natural que já é diariamente impactada por sistemas de inteligência artificial, desde a recomendação de conteúdo e direcionamento de publicidade na **Internet** até a sua análise de elegibilidade para tomada de crédito e para determinadas políticas públicas. De outro lado, ao dispor de ferramentas de governança e de um arranjo institucional de fiscalização e supervisão, cria condições de previsibilidade acerca da sua interpretação e, em última análise, segurança jurídica para inovação e o desenvolvimento tecnológico."

Ainda segundo o presidente do Senado, o projeto "parte da premissa de que não há um trade-off entre a proteção de direitos e liberdades fundamentais, da valorização do trabalho e da dignidade da pessoa humana face à ordem econômica e à criação de novas cadeias de valor. Pelo contrário, seus fundamentos e a sua base principiológica buscam tal harmonização, nos termos da Constituição Federal".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4, 5, 10

Pirataria

6

Marco regulatório | INPI

8